

Demonstrações contábeis consolidadas

31 de dezembro 2014



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	1
Balanço patrimonial consolidado	3
Demonstração consolidada do resultado	4
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	5
Demonstração consolidada das mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas	8

Banco J.P. Morgan S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Banco J.P. Morgan S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 31 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Balço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.251.588	10.870.390	Passivos financeiros para negociação		3.293.517	1.371.367
				Instrumentos financeiros derivativos	5	3.293.517	1.371.367
Ativos financeiros para negociação		9.992.847	9.426.104	Passivos financeiros ao custo amortizado		24.183.738	18.617.497
Instrumentos de dívida	4a	8.109.956	7.067.615	Depósitos de clientes	9a	1.592.634	1.727.275
Dados em garantia		4.710.654	2.390.827	Depósitos de instituições financeiras	9b	4.858.080	4.099.683
Demais instrumentos de dívida		3.399.302	4.676.788	Obrigações por empréstimos	10	14.700.530	8.599.934
Instrumentos de patrimônio	4c	177.281	996.719	Carteira de Câmbio	6c	-	71.851
Instrumentos financeiros derivativos	5	1.705.610	1.361.770	Outros passivos financeiros	11	3.032.494	4.118.754
				Negociação e intermediação de valores		2.952.633	4.047.132
Ativos financeiros disponíveis para venda		560.039	281	Outros passivos financeiros		79.861	71.622
Instrumentos de dívida	4b	559.758	-				
Outros ativos financeiros disponíveis para venda		281	281	Provisões	22	497.849	1.687.093
Empréstimos e adiantamentos		1.942.897	3.239.482	Passivos fiscais		97.125	84.858
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6a	1.556.938	1.039.410	Imposto de renda e contribuição social - Correntes		89.316	84.858
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6b	44.613	2.200.072	Imposto de renda e contribuição social - Diferidos		7.809	-
Carteira de câmbio	6c	341.346	-	Outros passivos	11	473.277	534.027
Ativo imobilizado	7	156.320	32.583				
Ativo intangível	8	11.076	14.084	Total do Passivo		28.545.506	22.294.842
Créditos tributários		287.741	565.187	Patrimônio líquido	13	3.507.255	3.274.325
Correntes		16.044	759	Capital		2.453.981	2.453.981
Diferidos	12	271.697	564.428	Ações em tesouraria		(10)	(10)
Outros ativos	11	850.253	1.421.056	Reservas		1.054.621	820.354
				Resultado abrangente acumulado		(1.337)	-
Total do ativo		32.052.761	25.569.167	Total do passivo e patrimônio líquido		32.052.761	25.569.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2014	2013
Receitas com juros e similares	14a	1.859.661	2.396.841
Despesas com juros e similares	14b	<u>(584.103)</u>	<u>(690.774)</u>
Receita líquida com juros		1.275.558	1.706.067
Provisão para perda de crédito	6a	5.928	(362)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		1.281.486	1.705.705
Receita de tarifas e comissões	15	423.923	407.947
Ganhos/(Perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	14c	185.523	240.298
Ganhos/(Perdas) com variação cambial	16	<u>(493.107)</u>	<u>(1.189.782)</u>
Total de receitas		1.397.825	1.164.168
Despesas tributárias	17	(113.192)	(70.854)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	18	(645.732)	(628.703)
Outras despesas administrativas	19	(204.001)	(196.257)
Depreciação e amortização	7 e 8	(17.698)	(22.270)
Provisões		(382)	(382)
Outras despesas		<u>258.230</u>	<u>(132.907)</u>
Lucro operacional antes da tributação		675.050	112.795
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	<u>(440.849)</u>	<u>(79.510)</u>
Lucro líquido do exercício		234.201	33.285
Lucro por ação (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)			
Ações ordinárias		4,1360	0,5878
Ações preferenciais		4,1360	0,5878
Média ponderada das ações (em milhares) - básica e diluída			
Quantidade de ações ordinárias		54.707.958	54.707.958
Quantidade de ações preferenciais		1.917.152	1.917.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	234.201	33.285
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda	(1.337)	-
	(1.337)	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>232.864</u>	<u>33.285</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Subvenções para investimento	Reservas			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
			Legal	Estatutária	Contribuição de capital		Disponível para venda	Ações em tesouraria	
Em 31 de dezembro de 2012	2.453.981	24.939	136.987	598.589	26.082	-	-	(10)	3.240.568
Transações com acionistas									
Dividendos prescritos (Lei no. 6.604, art 287, III)	-	-	-	223	-	-	-	-	223
Plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	140.694	-	-	-	140.694
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	(140.445)	-	-	-	(140.445)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	33.285	-	-	33.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido									
Reserva legal (Nota 13)	-	-	3.077	-	-	(3.077)	-	-	-
Reserva estatutária (Nota 13)	-	-	-	30.208	-	(30.208)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.453.981	24.939	140.064	629.020	26.331	-	-	(10)	3.274.325
Ajuste da avaliação patrimonial – valor justo	-	-	-	-	-	-	(1.337)	-	(1.337)
Transações com acionistas									
Pgto baseado em ações – repagamento (Nota 20 (b))	-	-	-	-	195.041	-	-	-	195.041
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	(194.975)	-	-	-	(194.975)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	234.201	-	-	234.201
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido									
Reserva legal (Nota 13)	-	-	16.779	-	-	(16.779)	-	-	-
Reserva estatutária (Nota 13)	-	-	-	217.422	-	(217.422)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.453.981	24.939	156.843	846.442	26.397	-	(1.337)	(10)	3.507.255

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Atividades operacionais		
Ajustes ao lucro	<u>(635.138)</u>	<u>153.129</u>
Lucro líquido	234.201	33.285
Ajuste ao lucro líquido		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	1.601	(843)
Depreciações do ativo imobilizado e intangível (Notas 7 e 8)	15.940	10.012
Impairment de Ativo Intangível	1.758	12.258
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	300.540	818
Despesa de pagamento baseado em ações (Nota 20(b))	66	249
(Reversões)/Constituições de provisões	(1.189.244)	97.350
Aumento/(Redução) líquido nos ativos operacionais	<u>724.264</u>	<u>8.519.683</u>
Ativos financeiros para negociação	(566.743)	9.757.732
Ativos financeiros disponível para venda	(561.095)	-
Empréstimos e adiantamentos	1.296.585	(1.036.938)
Ativos fiscais correntes	(15.285)	810
Outros ativos	474.735	(321.553)
Juros recebidos	96.067	119.632
Aumento líquido nos passivos operacionais	<u>1.865.858</u>	<u>(60.341)</u>
Passivos financeiros para negociação	1.922.150	(102.168)
Passivos fiscais correntes	108.428	16.605
Outros passivos	(60.750)	201.639
Imposto de renda e contribuição social pagos	(103.970)	(176.417)
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>1.954.984</u>	<u>8.612.471</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 7)	(138.427)	(5.873)
Caixa líquido utilizado de atividades de investimentos	<u>(138.427)</u>	<u>(5.873)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao custo amortizado	...5.588.796	(9.896.778)
Juros pagos	(22.554)	(38.662)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de financiamentos	<u>5.566.242</u>	<u>(9.935.440)</u>
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.382.799</u>	<u>(1.328.842)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.870.390	12.198.389
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio	(1.601)	843
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	18.251.588	10.870.390
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.382.799</u>	<u>(1.328.842)</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve transações não monetárias.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de suas ações ordinárias e preferenciais.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo: Atacama Multimercado Fundo de Investimento ("Consolidado").

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2015.

2 Políticas contábeis significativas

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* ("IASC").

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas subsidiárias e de seu fundo exclusivo para o exercício findo em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controle é o poder de definir as políticas contábeis e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco. O controle é adquirido quando o Banco passa a deter o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativos

No processo de elaboração das demonstrações contábeis do Consolidado, a administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

(a) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Consolidado revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

A administração exerce seu julgamento para determinar se há evidência de indicativos de evento de perda para estipular o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

O Consolidado revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente significativos a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado.

O julgamento da administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro impactando a determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, a administração faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 21.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perdas com outros ativos financeiros

O Consolidado reconhece as perdas inerentes a outros ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações contábeis, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração.

(d) Créditos tributários diferidos

Créditos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

(e) Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 22.

2.3 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

- Alteração do IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa alteração.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Consolidado. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substitui o IAS 18, o IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do J.P. Morgan e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período (cotação de "compra" para ativos e de "venda" para passivos).

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente como "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" sem distingui-las de outras variações no valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo Nota 3.

(c) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

(i) Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Instrumentos financeiros derivativos" são quaisquer instrumentos financeiros com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

(ii) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(iii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Nesse caso, são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os custos de transação são reconhecidos como despesa.

(iv) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- . Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado) - essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- . Ativos financeiros disponíveis para venda - essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste ao valor justo" no resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o instrumento financeiro é alienado ou possui indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- . Empréstimos e adiantamentos - essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e adiantamentos é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

(v) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- . "Caixa e equivalentes de caixa" - saldos de caixa, depósitos a vista no país.
- . "Empréstimos e adiantamentos" - incluem os empréstimos concedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Consolidado, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
 - . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- . "Carteira de câmbio" – inclui operações de câmbio ativas e passivas.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.
- . "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo em favor do Consolidado dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(vi) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- . Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado) - essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas *short*).
- . Passivos financeiros ao custo amortizado - passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos na categoria anterior e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelo Consolidado.

(vii) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- . "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- . "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- . "Empréstimo no exterior" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.
- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo a pagar pelo Consolidado nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

(i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e adiantamentos, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e adiantamentos" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas. Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações contábeis.

(ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos, são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

(iii) Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "para negociação" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

(iv) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, empréstimos e adiantamento não são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Consolidado, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos e passivos nessa categoria estão classificados nas rubricas "Empréstimos e adiantamentos" e "Passivos financeiros ao custo amortizado".

(e) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- . o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido;
- . o Consolidado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . o Consolidado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- . o Consolidado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por um outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

(f) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(g) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como "para negociação" são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

(i) Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Consolidado avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- . o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- . ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- . o Consolidado faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Consolidado negociaria em situações normais;
- . alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- . evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

(h) Operações compromissadas

Compras/vendas de ativos financeiros com base em um contrato de revenda/recompra não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido/recebido, com base na natureza do devedor/credor, sob a rubrica "Caixa e equivalente a caixa" ou "Depósitos de instituições financeiras".

(i) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

(j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida e softwares adquiridos junto a fornecedores externos, amortizados linearmente com base em sua vida útil

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimada.

(k) Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

(l) Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(l.1) Receita e despesa de juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

(l.2) Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

(l.2.1) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período.

Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

(l.2.2) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia nenhuma garantia cuja perda tenha sido considerada provável.

(n) Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

(o) Benefícios a funcionários

(o.1) Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

(o.2) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, iniciado em 2012, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 20(b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

(p) Impostos

(p.1) Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p.2) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- em situações em que o passivo tributário diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em que o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que essa não seja revertida em um futuro próximo.

Créditos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto:

- onde o ativo tributário diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, ativos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

(q) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(r) Dividendos e juros sobre capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e não com base nestas Demonstrações Contábeis.

(s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

(t) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

- Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	398.424	146.288
Aplicações em operações compromissadas	17.853.161	10.724.099
Outros	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>18.251.588</u>	<u>10.870.390</u>

4 Ativos financeiros – Instrumentos de dívida e de patrimônio

Ativos financeiros de instrumento de dívida para negociação e de patrimônio estão classificados como circulante. Ativos financeiros de instrumento de dívida disponíveis para venda estão classificados como não circulante.

(a) Instrumentos de dívida – Para negociação

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	7.910.573	29.787	7.940.360	7.067.615
Debêntures	40.902	(15.979)	24.923	-
Notas Promissórias	<u>144.058</u>	<u>615</u>	<u>144.673</u>	<u>-</u>
	<u>8.095.533</u>	<u>14.423</u>	<u>8.109.956</u>	<u>7.067.615</u>

(b) Instrumentos de dívida – Disponíveis para venda

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	561.985	(2.227)	559.758	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

561.985 (2.227) 559.758 -

(c) Instrumentos de patrimônio para negociação

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Ações listadas em bolsa	91.516	(4.354)	87.162	983.629
Cotas de fundos de investimento	<u>90.119</u>	<u>-</u>	<u>90.119</u>	<u>13.090</u>
	<u>181.635</u>	<u>(4.354)</u>	<u>177.281</u>	<u>996.719</u>

5 Ativos financeiros mantidos para negociação – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Ações - cotação de fechamento divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Futuros (BM&FBOVESPA).

Adicionalmente, são realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

Instrumentos indexados à TJLP: São realizados ajustes de parâmetros não observáveis onde se aplicam a situações em que um parâmetro ou dados para um modelo de avaliação não apresenta liquidez, não sendo observável ou não podendo ser precisamente extraído a partir de dados de mercado observáveis. Os ajustes de parâmetros não observáveis são utilizados para minimizar esta incerteza no preço do modelo.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBOVESPA são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 4.710.654 (2013 – R\$ 2.390.827).

Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de "swap"	1.018.211	2.263.761	817.383	1.066.968
Operações a termo	721	854	398	2
Operações com opções	266.910	286.058	195.867	123.089
Operações com futuros	-	342.600	125.285	-
Outros derivativos	669.978	650.454	366.079	324.550
Total operações	1.955.820	3.543.727	1.505.012	1.514.609
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(163.158)	(87.052)	(69.295)	(73.947)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(87.052)	(163.158)	(73.947)	(69.295)
Total do efeito do <i>offsetting</i> (Nota 2.4 (f))	(250.210)	(250.210)	(143.242)	(143.242)
Total	1.705.610	3.293.517	1.361.770	1.371.367

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2014	2013
Ativo	1.694.314	261.506	1.955.820	1.505.012
Operações de “swap”	917.852	100.359	1.018.211	817.383
Operações a termo	-	721	721	398
Operações com opções	185.008	81.902	266.910	195.867
Operações com futuros	-	-	-	125.285
Outros derivativos	591.454	78.524	669.978	366.079
Passivo	3.269.895	273.832	3.543.727	1.514.609
Operações de “swap”	2.120.576	143.185	2.263.761	1.066.968
Operações a termo	-	854	854	2
Operações com opções	253.664	32.394	286.058	123.089
Operações com futuros	342.600	-	342.600	-
Outros derivativos	553.055	97.399	650.454	324.550

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2014	2013
Ativo	462.683	347.252	696.309	449.576	1.955.820	1.505.012
Operações de “swap”	203.493	26.700	411.462	376.556	1.018.211	817.383
Operações a termo	721	-	-	-	721	398
Operações com opções	104.442	84.212	78.256	-	266.910	195.867
Operações de Futuros	-	-	-	-	-	125.285
Outros derivativos	154.027	236.340	206.591	73.020	669.978	366.079
Passivo	981.059	725.998	592.504	1.244.166	3.543.727	1.514.609
Operações de “swap”	402.062	396.085	316.706	1.148.908	2.263.761	1.066.968
Operações a termo	854	-	-	-	854	2
Operações com opções	130.238	121.095	34.725	-	286.058	123.089
Operações de Futuros	342.600	-	-	-	342.600	-
Outros derivativos	105.305	208.818	241.073	95.258	650.454	324.550

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2014	2013
Operações de <i>swap</i>	8.371.004	12.048.814	9.920.124	12.146.937	42.486.879	15.158.064
Operações com opções - comprada	16.478.734	6.910.872	4.272.066	-	27.661.672	15.494.118
Operações com opções - vendida	17.328.603	7.659.185	4.629.397	-	29.617.185	18.196.207
Operações a termo - comprada	337.075	-	-	-	337.075	4.925.529
Operações a termo - vendida	981.597	-	-	-	981.597	6.391.516
Outros derivativos	7.800.720	11.719.111	3.057.527	1.566.125	24.143.483	68.152

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

	2014		2013	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
<i>Swap</i>	669.740	(450.392)	(64.813)	146.205
Termo	-	(531)	13.046	(46.156)
Futuros	(164.581)	-	(357.381)	-
Opções	140.802	(68.960)	(5.116)	53.109
Outros	109.802	(22.866)	(653)	1.400
Total	755.763	(542.749)	(414.917)	154.558

6 Empréstimos e adiantamentos

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 917.693 (2013: R\$ 583.261), sendo toda ela contra o setor privado não havendo operações contra o governo.

Os adiantamentos relacionados a operações de câmbio totalizam R\$ 635.810 (2013: R\$ 436.348) e outros adiantamentos no montante de R\$ 3.435 (2013: R\$ 19.801).

Situação do risco de crédito da carteira:

	2014	2013
Saldo da carteira	1.556.938	1.039.410
Valores em dia	1.556.938	1.039.410
Valores em atraso	-	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Situação de vencimento da carteira:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Carteira de crédito		
Operações vencidas	-	-
Vencimentos em até um ano	906.997	509.876
Vencimentos após um ano	10.696	73.385
Carteira de Câmbio e outros adiantamentos		
Vencimentos em até um ano	639.245	456.149
Vencimentos após um ano	-	-

O total das operações de crédito avaliado com possibilidade de perda de valor recuperável totalizam R\$ 42.349. A qualidade de crédito dessas operações foi classificada como média. O restante da carteira, que totaliza R\$ 875.344, foi classificada com qualidade de crédito alta, não sujeita a perda de valor recuperável ou vencidos. Os contratos foram classificados com qualidade de crédito alta devido a ausência de perda esperada.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, foram identificadas perdas incorridas para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis conforme tabela abaixo:

Evolução da provisão para empréstimos e adiantamento a clientes de liquidação duvidosa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	26.228	46.428
Constituição de provisão	-	362
Reversão de provisão	(5.928)	
Baixa para prejuízo	-	(20.562)
Saldo final	20.300	26.228
Créditos recuperados	<u>3.250</u>	<u>1.756</u>

Em 2013 houve baixa de operação de crédito para prejuízo no valor de R\$ 20.562 contabilizada na conta "Provisão para perda de crédito" na Demonstração de Resultado.

No ano houve recuperação de operação de crédito baixada para prejuízo, sendo o valor recuperado de R\$ 3.250 (2013 - R\$ 1.756).

Em 2014 e 2013 não houve renegociação de operação de crédito.

Adicionalmente, o conglomerado possui fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 902.055 (2013 - R\$ 798.574), não registrados no balanço.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2014	2013
Empréstimos e adiantamentos a instituição financeira	-	200.525
Aplicações em moedas estrangeiras	-	1.884.463
Aplicações em depósitos interfinanceiros	44.613	115.084
TOTAL	44.613	2.200.072

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

(c) Carteira de câmbio

Em 2014 a carteira de câmbio é composta de posição comprada no montante de R\$ 5.546.534 e posição vendida, a pagar, no montante de R\$ 5.205.188 sendo o valor líquido classificado no ativo.

Em 2013 a carteira de câmbio é composta de posição comprada no montante de R\$ 26.571 e posição vendida, a pagar, no montante de R\$ 98.422 sendo o valor líquido classificado no passivo na rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado"

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Ativo imobilizado

	Saldo inicial - 2014			Movimentação - 2014				Saldo final - 2014		
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	394	(394)	-	95.178	-	(2.808)	-	95.572	(3.202)	92.370
Instalações, móveis e equipamentos de uso	16.101	(4.686)	11.415	40.408	(3.370)	(8.287)	3.370	53.139	(9.603)	43.536
Sistema de processamento de dados	35.191	(24.417)	10.774	1.344	-	(1.864)	-	36.535	(26.281)	10.254
Outros	16.130	(5.736)	10.394	1.497	-	(1.731)	-	17.627	(7.467)	10.160
	<u>67.816</u>	<u>(35.233)</u>	<u>32.583</u>	<u>138.427</u>	<u>(3.370)</u>	<u>(14.690)</u>	<u>3.370</u>	<u>202.873</u>	<u>(46.553)</u>	<u>156.320</u>
	Saldo inicial - 2013			Movimentação - 2013				Saldo final - 2013		
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Outros	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	394	(394)	-	-	-	-	-	394	(394)	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	14.310	(3.217)	11.093	1.791	-	(1.469)	-	16.101	(4.686)	11.415
Sistema de processamento de dados	32.909	(19.279)	13.630	2.282	-	(5.138)	-	35.191	(24.417)	10.774
Outros	14.330	(4.316)	10.014	1.800	-	(1.420)	-	16.130	(5.736)	10.394
	<u>61.943</u>	<u>(27.206)</u>	<u>34.737</u>	<u>5.873</u>	<u>-</u>	<u>(8.027)</u>	<u>-</u>	<u>67.816</u>	<u>(35.233)</u>	<u>32.583</u>

(*) A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%.

Na aquisição dos ativos imobilizados o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Ativo intangível

	<u>Saldo inicial - 2014</u>			<u>Movimentação - 2014</u>			<u>Saldo Final - 2014</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.081	(10.831)	1.250	-	-	(1.250)	12.081	(12.081)	-
Carteira de clientes	10.334	-	10.334	-	(1.758)	-	8.576	-	8.576
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
Outros	348	(348)	-	-	-	-	348	(348)	-
	<u>25.263</u>	<u>(11.179)</u>	<u>14.084</u>	<u>-</u>	<u>(1.758)</u>	<u>(1.250)</u>	<u>23.505</u>	<u>(12.429)</u>	<u>11.076</u>

	<u>Saldo inicial - 2013</u>			<u>Movimentação - 2013</u>			<u>Saldo Final - 2013</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.081	(8.846)	3.235	-	-	(1.985)	12.081	(10.831)	1.250
Carteira de clientes	22.592	-	22.592	-	(12.258)	-	10.334	-	10.334
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
Outros	348	(348)	-	-	-	-	348	(348)	-
	<u>37.521</u>	<u>(9.194)</u>	<u>28.327</u>	<u>-</u>	<u>(12.258)</u>	<u>(1.985)</u>	<u>25.263</u>	<u>(11.179)</u>	<u>14.084</u>

Em 2014, o intangível está representado, principalmente, pela aquisição de carteira de clientes e código fonte sem vida útil definida.

(*) Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado e indicadores de mercado. Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 1.758.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Passivos financeiros ao custo amortizado

(a) Depósitos de clientes

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos remunerados				
Depósitos a prazo	316.927	1.057.166	1.374.093	1.557.475
Depósitos não remunerados				
Depósitos à vista	218.541	-	218.541	169.800
	<u>535.468</u>	<u>1.057.166</u>	<u>1.592.634</u>	<u>1.727.275</u>

(b) Depósitos de instituições financeiras

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos remunerados				
Depósitos interfinanceiros	410.305	-	410.305	822.329
Operações compromissadas	4.447.775	-	4.447.775	3.277.354
	<u>4.858.080</u>	<u>-</u>	<u>4.858.080</u>	<u>4.099.683</u>

10 Obrigações por empréstimos

São representados por, recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, conforme abaixo:

	<u>2014</u>	<u>Juros a.a</u>	<u>2013</u>	<u>Juros a.a</u>
Empréstimos no exterior				
Vencimentos em até um ano	14.646.592	0,20% à 0,38%	301.554	0,26% à 0,36%
Vencimentos após um ano	-	-	8.244.460	0,20% à 0,38%
	<u>14.646.592</u>		<u>8.546.014</u>	

São representados por, recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos BNDES		
Vencimentos em até um ano	53.938	53.920
	<u>53.938</u>	<u>53.920</u>
Total Obrigações por empréstimos	<u>14.700.530</u>	<u>8.599.934</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outros ativos e passivos

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros ativos	119.417	730.836	850.253	1.421.056
Devedores por depósito em garantia (Nota 22(a))	-	730.836	730.836	1.294.849
Compulsório junto ao BACEN	59.906	-	59.906	64.757
Rendas a receber	45.960	-	45.960	49.368
Devedores diversos no País	6.023	-	6.023	1.926
Diversos	7.528	-	7.528	10.157
Outros passivos financeiros	3.032.494	-	3.032.494	4.118.754
Relações de interdependências	79.861	-	79.861	14.315
Negociação e intermediação de valores	2.952.633	-	2.952.633	4.047.132
Diversos	-	-	-	57.307
Outros passivos	473.277	-	473.277	534.027
Sociais e estatutárias	17.137	-	17.137	27.313
Provisão para pagamentos	410.273	-	410.273	358.311
Diversos	45.867	-	45.867	148.403

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferenças temporárias	<u>249.942</u>	<u>539.449</u>
Contingências fiscais	1.476	183.570
Contingências cíveis	26.237	154.803
Contingências trabalhistas	17.368	16.583
Provisão para devedores duvidosos	11.849	13.231
Provisão para participação nos lucros	65.737	61.532
Provisão para honorários advocatícios	5.699	4.614
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	46.362	12.925
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	75.214	58.163
Outros	-	34.028
Prejuízos Fiscais e base negativa	<u>21.755</u>	<u>24.979</u>
Total de créditos tributários - ativo	<u>271.697</u>	<u>564.428</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros	<u>7.809</u>	<u>-</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IR e CSLL (passivo) 7.809 -

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 254.903 (2013: R\$ 142.049), tendo sido realizado R\$ 555.443 (2013: R\$ 142.867) sobre diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 198.779 (2013: R\$ 420.552).

O valor de créditos tributários no montante de R\$ 154.861 (2013: R\$ 36.565) sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social não foi ativado uma vez que à Administração do Consolidado não tem expectativa futura de realização.

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 2.4 (p)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social – deduzindo a participação nos lucros	<u>675.050</u>	<u>112.795</u>
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IR e 15% de CSLL)	(270.020)	(45.118)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(43.396)	(31.421)
Crédito Tributário não constituído	(154.861)	-
Outras	<u>27.428</u>	<u>(2.971)</u>
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	<u>(170.829)</u>	<u>(34.392)</u>
IR e CSLL no exercício	<u>(440.849)</u>	<u>(79.510)</u>

13 Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 56.625.110 (2013: 56.625.110) ações nominativas, sendo 54.707.958 (2013: 54.707.958) ordinárias e 1.917.152 (2013: 1.917.152) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014.

14 Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.530	1.853
Aplicações em mercado aberto	979.002	1.331.725
Ativos financeiros mantidos para negociação	321.330	1.005.054
Ativos financeiros disponíveis para venda	458.824	-
Empréstimos e adiantamentos	81.555	42.629
Outros ativos financeiros	16.420	15.580
	<u>1.859.661</u>	<u>2.396.841</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos/passivos financeiros	(17.158)	(253.677)
Depósitos	(176.272)	(197.536)
Despesas de operações compromissadas	(387.577)	(235.840)
Outros passivos financeiros	(3.096)	(3.721)
	<u>(584.103)</u>	<u>(690.774)</u>

(c) Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	213.014	(260.359)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(27.491)	500.657
	<u>185.523</u>	<u>240.298</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receita de tarifas e comissões

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas com comissões	27.709	39.662
Receita de Administração de Fundos	52.626	51.009
Receita de serviços de assessoria e consultoria	5.721	4.487
Receita de serviços - exterior	241.839	233.736
Rendas de corretagem BM&FBOVESPA	95.581	78.740
Outras Receitas	<u>447</u>	<u>313</u>
	<u>423.923</u>	<u>407.947</u>

16 Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando em 2014 uma despesa de R\$ -493.107 (2013: R\$ -1.189.782).

17 Despesas tributárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	<u>(113.192)</u>	<u>(70.854)</u>
	<u>(113.192)</u>	<u>(70.854)</u>

18 Despesas com pessoal

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração direta	(419.313)	(387.724)
Encargos	(170.872)	(196.470)
Remuneração baseada em ações (Nota 20(b))	(27.700)	(23.563)
Benefícios	(27.059)	(19.867)
Outras despesas de pessoal	<u>(788)</u>	<u>(1.079)</u>
	<u>(645.732)</u>	<u>(628.703)</u>

19 Outras despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(44.532)	(38.035)
Despesas com serviços de terceiros	(44.756)	(30.964)
Despesas com viagens	(18.661)	(16.971)
Despesas com sistemas e tecnologias	(12.829)	(14.548)
Outros	<u>(83.223)</u>	<u>(95.739)</u>
	<u>(204.001)</u>	<u>(196.257)</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Consolidado contribuiu com R\$ 14.275 (2013: R\$ 12.959) para o fundo de pensão.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas em bolsa) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

O montante que transitou no Patrimônio Líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 194.975 (2013: R\$ 140.445) (Nota 2.4 (o.2)).

O valor contabilizado no passivo em 2014 foi de R\$ 195.663 (2013: R\$ 147.829) incluindo encargos sociais, representado por 1.232.676 mil ações (2013: 1.260.387 mil ações).

Nos exercícios de 2014 e 2013 não houve reversão do resultado apropriado

21 Técnicas de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos de avaliação adotados pelo Consolidado para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são descritos a seguir.

Quando não há disponível preços cotados em mercado, calcula-se os valores justos com base em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

(a) Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Nível 1 - títulos e valores mobiliários de alta liquidez que possuam suas cotações em um mercado ativo são classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Títulos da Dívida do Governo Brasileiro e as ações negociadas em bolsa foram alocados nesse nível.

Nível 2 - nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por cotas de fundos de investimentos, debêntures e notas promissórias.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Nível 1 - os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2 - o valor justo dos derivativos não negociados em bolsas de valores foi estimado através de técnicas como o Black&Scholes, ou modelos de fluxo de caixa descontados também praticados pelo mercado financeiro. Os derivativos considerados no nível 2 da hierarquia foram *swaps*, opções e termos de moeda, uma vez que seus modelos não apresentam alto nível de subjetividade, que não exigem grandes decisões, e suas informações (cotações dos ativos subjacentes) estão disponíveis nos mercados.

Nível 3 - os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total 2014</u>
Ativos financeiros	<u>8.587.280</u>	<u>259.715</u>	-	<u>8.843.995</u>
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	8.500.118	-	-	8.500.118
Debêntures	-	24.923	-	24.923
Notas promissórias	-	144.673	-	144.673
Cotas de fundos	-	90.119	-	90.119
Ações	<u>87.162</u>	-	-	<u>87.162</u>
Instrumentos financeiros derivativos	-	<u>1.866.426</u>	<u>89.394</u>	<u>1.955.820</u>
Operações de <i>swap</i>	-	928.817	89.394	1.018.211
Termo	-	721	-	721

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Opções	-	266.910	-	266.910
Outros derivativos	-	669.978	-	669.978

Passivos financeiros para negociação

Instrumentos financeiros derivativos	342.600	3.201.127	-	3.543.727
Operações de <i>swap</i>	-	2.263.761	-	2.263.761
Operações a termo	-	854	-	854
Opções	-	286.058	-	286.058
Futuros	342.600	-	-	342.600
Outros derivativos	-	650.454	-	650.454

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2013
Ativos financeiros para negociação	8.051.244	13.090	-	8.064.334
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	7.067.615	-	-	7.067.615
Cotas de fundos	-	13.090	-	13.090
Ações	983.629	-	-	983.629
Instrumentos financeiros derivativos	125.285	1.318.240	61.487	1.505.012
Operações de <i>swap</i>	-	755.896	61.487	817.383
Termo	-	398	-	398
Opções	-	195.867	-	195.867
Futuros	125.285	-	-	125.285
Outros derivativos	-	366.079	-	366.079

Passivos financeiros para negociação

Instrumentos financeiros derivativos	-	1.514.609	-	1.514.609
Operações de <i>swap</i>	-	1.066.968	-	1.066.968
Operações a termo	-	2	-	2
Opções	-	123.089	-	123.089
Outros derivativos	-	324.550	-	324.550

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Movimentação das operações Nível 3: (Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

Saldo inicial em 31/12/2013	61.487
Novas contratações	20.469

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado das operações no exercício	7.438
Saldo final em 31/12/2014	89.394

Saldo inicial em 31/12/2012	40.151
Baixas	(12.252)
Novas contratações	20.345
Resultado das operações no exercício	13.243
Saldo final em 31/12/2013	61.487

22 Contingências e outros compromissos

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	2014		2013	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	679.875	366.982	1.246.468	1.268.280
Cíveis	21.774	86.810	21.300	377.088
Trabalhistas	28.902	43.420	26.814	41.458
Outros	285	637	267	267
	<u>730.836</u>	<u>497.849</u>	<u>1.294.849</u>	<u>1.687.093</u>

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias				Total 2014
	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Cíveis	Trabalhistas	Outros	
Saldo inicial	1.268.280	377.088	41.458	267	1.687.093
Despesas financeiras - juros	43.138	30.578	2.515	18	76.249
Constituições	26.014	-	2.198	352	28.564
Anistia	(970.450)	(222.805)	-	-	(1.193.255)

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reversões	-	-	(2.224)	-	(2.224)
Pagamentos	-	(98.051)	(527)	-	(98.578)
	<u>366.982</u>	<u>86.810</u>	<u>43.420</u>	<u>637</u>	<u>497.849</u>

Fiscais e previdenciárias

	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total 2013
Saldo inicial	1.184.661	363.037	41.792	253	1.589.743
Despesas financeiras - juros	50.194	32.589	2.752	14	85.549
Constituições	37.164	595	2.502	-	40.261
Reversões	(3.739)	(7.977)	(653)	-	(12.369)
Pagamentos	-	(11.156)	(4.935)	-	(16.091)
	<u>1.268.280</u>	<u>377.088</u>	<u>41.458</u>	<u>267</u>	<u>1.687.093</u>

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei no. 11.941/2009, o consolidado revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 1.288.842, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de Julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, o consolidado revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão do consolidado e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei no. 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto positivo de R\$ 77.334 no resultado no consolidado, integralmente reconhecido em outubro de 2014.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 106.492 (2013 – R\$ 117.862); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 104.576 (2013 – R\$ 98.761); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 18.688 (2013 - R\$ 77.748); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 29.405 e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.956 (2013 – R\$ 5.275).

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao item (iv) acima, no mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, o consolidado revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista.

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 24.999 (2013: R\$ 23.638).

(a.6) Ações cíveis

O Consolidado também foi acionado judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo Governo Brasileiro. Adicionalmente, em anos anteriores, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas à esta instituição. O montante provisionado representa a avaliação da administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 331.

23 Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado Financeiro apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Consolidado era de 17,86% (2013: 17,9%) (inclui RBAN), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	<u>2014</u>
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	10.416.444
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	1.642.349
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	6.569.077
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	7.701
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	644.688
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	1.510.435
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	20.790.694
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	20.821
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 11%) + h	2.307.797
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	<u>3.747.940</u>
Margem (j-i)	<u>1.440.143</u>
Índice da Basileia = (j) * 11%/(i)	<u>17,86%</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP (Banco J. P. Morgan S.A., J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e JP Morgan Chase, NA – Branch).

	<u>2013</u>
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	8.963.123
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	2.645.888
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	5.619.584
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	59.599
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	327.156
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	1.274.757
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	18.890.110
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	35.003
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 11%) + h	2.112.915
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	<u>3.433.627</u>
Margem (j-i)	<u>1.320.712</u>
Índice da Basileia = (j) * 11%/(i)	<u>17,9%</u>

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP (“Conglomerado”).

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

24 Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

<u>2014</u>		<u>2013</u>	
Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes a caixa	393.004	-	145.435	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	2.632	-	13.993	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	393.372	-	131.442	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	3.158	1.873.614	1.410
JPMorgan Chase Bank, National Association	-	3.158	1.873.614	1.410
Serviços prestados a receber	19.764	154.928	6.723	161.543
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	-	-	194	655
JPMorgan Chase Bank, National Association	4.099	37.015	5.803	76.903
J.P. Morgan Securities LLC	5.170	27.524	656	27.242
JPMorgan Ast Mgt EUR	138	1.516	-	836
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	16.698	70	1.194
J.P. Morgan Securities Asia Pacific Limited	10.357	10.357	-	-
Lawton Multimercado	-	576	-	142
J.P. Morgan Whitefriars	-	61.242	-	54.571
Depósitos	(2.675)	(159)	(1.009)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(44)	-	(62)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(57)	-	(13)	-
HCM Partic Brasil Ltda	-	-	(159)	-
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(343)	-	(55)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças LTDA	(111)	-	(64)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(40)	-	(14)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(118)	-	(62)	-
JPMorgan Chase Bank	-	-	-	-
Gaborone Participações Ltda	(107)	-	-	-
OEP BRASIL Ltda	(802)	(122)	(580)	-
Lawton Multimercado	(1.053)	(37)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(410.305)	(59.548)	(821.815)	(91.861)
JPMorgan Chase Bank	(410.305)	(59.548)	(821.815)	(91.861)
Obrigações por operações compromissadas	(1.917.858)	(139.828)	(1.538.902)	(144.728)
JPMorgan Chase Bank	(1.909)	(6.059)	(143.735)	(17.596)
JP Morgan Overseas Capital Corporation,	-	-	-	(34.871)
Lawton Multimercado	(1.915.949)	(133.769)	(1.395.167)	(92.261)
Instrumentos financeiros derivativos	281.533	(16.751)	15.643	185.133
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	-	(9.450)	169.959
JPMorgan Chase Bank	33.875	(7.674)	8.026	12.417
Lawton Multimercado	247.658	(9.077)	17.067	2.757
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(14.646.592)	(22.228)	(8.496.251)	(34.891)
JP Morgan Chase Bank London - GMI	(8.043)	(297)	(420)	(2.447)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(14.638.549)	(22.228)	(8.495.831)	(32.213)
JPMCB NY Branch-Intl	-	-	-	(231)
Negociação e intermediação de valores	-	-	42.262	4.589
JP Morgan Overseas Cap Corp	-	-	-	1.058
JP Morgan Whitefriars Inc	-	-	-	54

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

J.P. Morgan Securities LLC	-	-	42.262	3.477
Despesa de pessoal	(112.889)	(176.443)	(94.164)	(46.195)
JPMorgan Chase & CO.	(112.889)	(176.443)	(94.164)	(46.195)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos	20.101	17.628
Participação nos lucros e gratificações	45.982	33.114
Encargos sobre gratificações	15.771	11.348
Planos de aposentadoria e pensão	1.190	535
Outros benefícios	1.263	770

25 Gerenciamento de riscos financeiros

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Conglomerado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas instituições financeiras que compõem o Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O estabelecimento de funções separadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de risco.

Principais funções da Unidade de Administração de Risco de Mercado:

- a. Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites de risco de mercado estabelecidos pela Administração do conglomerado J.P.Morgan.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b. Consolidar as posições de risco de todo o conglomerado J.P.Morgan sujeitas aos riscos de mercado;
- c. Analisar as propostas de limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação à Diretoria; e
- d. Conhecer, analisar, controlar e reportar, de forma continuada, a situação, evolução e tendências das posições de risco de mercado e dos resultados.

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a)

Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. O VaR considera as correlações entre mercados e é calculado pela metodologia de simulação histórica. São utilizadas séries históricas de 1 ano, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto, evitando assim exposição excessiva que não seria adequadamente capturada pelo VaR em momentos de baixa volatilidade do mercado. As principais medidas não estatísticas apuradas diariamente são: Valor de mercado; *Basis Point Value* - BPVs (variação do preço de um dado instrumento financeiro se a taxa de juros variar um ponto-base); *Delta* (sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente); *Gamma* (sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente); *Vega* (sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita); *Rho* (equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros); e *Theta* (sensibilidade de primeira ordem em relação à passagem do tempo).

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, mede a exposição a movimentos de mercado remotos, mas plausíveis. Os testes de estresse aumentam a compreensão do perfil de risco e de perda potencial, sendo úteis para monitoramento dos limites e consolidação dos portfólios. Os testes de estresse procuram identificar a perda potencial das posições atuais, levando em conta, cenários extremos, reais e hipotéticos,. Todos os cenários são definidos no nível corporativo e . são construídos para avaliar o impacto de grandes movimentos de um conjunto de fatores de risco (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*) e sendo revisados periodicamente pela área de Risco de Mercado em Nova Iorque (conforme Política Corporativa de Teste de Estresse).

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pelo Diretor de Riscos e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, estresse e de sensibilidades.

Seguem dados quantitativos do Conglomerado financeiro e fundo Atacama:

VaR Conglomerado J.P.Morgan

Fator de Risco	VaR	
	Dez-14	Dez-13
Moeda Estrangeira	4.089	698
Taxa de Juros	4.068	5.383
Renda Variável	2.378	11.232
Efeito Diversificação	(4.116)	(10.594)
Total	6.419	6.719

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório de risco de mercado - exposição

Fator de Risco		2014	2013
BPV	Juros Pré	368	(121)
	Inflação	67	(56)
	USD	(101)	(47)
	USD - On	(136)	82
	Outros	(78)	(23)
	CSP	(260)	(266)
FX Delta	USD	517.750	(12.663)
	JPY	(136)	(15.006)
	EUR	(104.748)	(55.151)
	GBP	623.437	25.577
	Outras	103.828	(5.945)
Ações	Delta	6.418	(67.743)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	2014	2013
Bond SellOff	116.631	-
Cmdty SellOff	55.562	-
Credit Crisis	67.415	6,987
EM Sell Off	33.808	(45,547)
Equity Collapse	(28.541)	(53,197)
EURO Zone	71.983	-
Gen.Recovery	(104.748)	857
Inflation	36.722	-
Oil Crisis	142.917	-
USD Crisis	2.391	-

Cenários:

- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Bond Sell Off é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (“hawkish”).
- Inflation. Similar ao Bond Sell Off, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- USD Crisis é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.
- Commodities Sell Off Crise é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de commodities.
- Emerging Markets é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- EURO Zone é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- Dealer Exit é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou dealer de grande porte.

(b) Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Em 13 de dezembro de 2012, a gestão de Risco Operacional passou a ser de responsabilidade do Senior Financial Officer (SFO), com alteração feita através do sistema UNICAD, do Banco Central do Brasil.

A estrutura estabelecida tem como objetivo identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem o comitê de novos produtos, a formalização dos eventos incorridos, a autoavaliação de controles e os indicadores chave de processo. Esses processos de avaliação e controle do risco operacional estão inseridos na governança local do JPM, tendo como principais fóruns o Comitê de Controles (BCC OC) e o Comitê de Auditoria, que visam assegurar a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração. O processo de controle foi desenvolvido de forma a atender os requerimentos do Banco Central do Brasil.

A Diretoria de Controladoria é responsável pela integridade dos demonstrativos financeiros, incluindo a gestão de risco operacional das entidades que compõem o JPM. O gerente de Risco Operacional (ORM) tem a responsabilidade de coordenar a gestão do risco operacional em relação às diversas áreas de negócio e de suporte do JPM, englobando todas as linhas de negócio. Adicionalmente o gerente de risco operacional é responsável por identificar demandas de treinamento em relação às políticas de risco operacional

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

Gestão, políticas e procedimentos

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos limites estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes limites operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
 - garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
 - garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter as premissas e cenários para testes de liquidez adequados à realidade de mercado e dentro das normas corporativas bem como manter atualizado o plano de contingência.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos nas Resoluções 4.090, Circular 3.393 e e na Carta Circular 3.374.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a alta participação dos ativos líquidos nos ativos totais (47.9%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (151.6%). Durante o exercício de 2014, o conglomerado manteve estes indicadores de forma a garantir o o adequado gerenciamento de risco de liquidez.

Indicadores de Liquidez	2014	2013
Ativos líquidos / Ativos totais	47.9%	36.5%
Ativos líquidos / Recursos de curto prazo	151.6%	141.6%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local: 2014

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ milhões	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90 dias
Aplicações em Instituições Financeiras	11,539	0	469	100	210	200
Titulos e Valores Mobiliários	484	0	0	(100)	(210)	(200)
Cambio e Captacões Externas	(4,950)	(261)	1	0	0	53
Instrumentos Financeiros Derivativos	(9)	0	0	0	0	0
Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0
Depósitos a Vista	(353)	0	0	46	39	6
Depósitos a Prazo	(161)	(208)	(1,510)	(133)	(1)	0
Fianças	(70)	0	0	0	0	0
Outros	(5)	(11)	(22)	(30)	(141)	(56)
Fluxos futuros descontados		(480)	(1,062)	(117)	(103)	3
Liquidez total disponível	6,475	5,995	4,933	4,816	4,713	4,716

2013

R\$ milhões	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90 dias
Aplicações em Instituições Financeiras	3,214	735	60	(1)	0	0
Titulos e Valores Mobiliários	2,008	(736)	0	0	0	0
Cambio e Captacões Externas	131	1,930	0	0	23	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	18	8	17	17	0
Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0
Depósitos a Vista	0	(252)	0	18	45	3
Depósitos a Prazo	0	(849)	(9)	(5)	(4)	(4)
Fianças	0	(66)	0	0	0	0
Outros	0	(15)	1	(155)	(314)	(36)
Fluxos futuros descontados		765	60	(126)	(233)	(37)
Liquidez total disponível	5,353	6,118	6,178	6,052	5,819	5,782

Teste de Estresse

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando preços e taxas providas pela Área de Risco de Mercado Global (Nova Iorque), e seguindo as exigências do BACEN.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Risco, o Diretor de Crédito, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são:

- avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito.
- atribuição de uma classificação de risco (*rating*) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de ratings (FBI), revisão trimestral de ratings (*Tiering*), revisão mensal das provisões de crédito.
- aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (*OWL-overlimits monitoring*).
- monitoramento, avaliação e gerencia do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos: revisão mensal do portfólio de crédito, revisão trimestral de ratings (*Tiering*), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (*CSR*)

participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito

A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as área de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

A exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro é demonstrada a seguir, onde 87% da carteira é representada por papéis do Governo Brasileiro de alta liquidez e qualidade de crédito:

	2014	2013
Caixa e reservas no BACEN	61,447	64,756
Ativos financeiros mantidos para negociação (*)	9,905,685	8,442,475
Títulos públicos	7,940,360	7,067,615
Cotas de fundos de investimentos	90,119	13,090
Debêntures	24,923	-
Derivativos (não hedge)	1,705,610	1,361,770
Outros	144,673	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	560,039	281
Títulos públicos	559,758	-
Outros	281	281
Empréstimos e adiantamentos	1,942,897	3,239,482
A instituições financeiras	44,613	2,200,072
Créditos adquiridos	-	-
Operações com títulos públicos (compromissada)	17,853,161	10,724,098
Ativos dados em garantia	-	30,704
Títulos públicos	-	30,704
TOTAL	30,323,229	22,501,796

(*) Saldos divergentes do Balanço Patrimonial, pois na referida nota são excluídos os itens que não tem risco de crédito (ações).

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Modelos de Risco. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de *IB Quantitative Research (QR)* situada em Nova Iorque, com a qual a unidade local de QR possui uma ligação funcional.

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, toda operação onde a formalização contratual diferir da essência da operação, deve ser pré-aprovada. A área de *Valuation Control Group* (VCG) é responsável por fornecer as diretrizes para esses casos conforme tópicos abaixo:

Aprovação de modelo: é de responsabilidade do trader confirmar antes da operação que ela está dentro do escopo dos modelos. Em caso de dúvida tanto a área *IB Quantitative Research* (QR) quanto a *Model Governance Group* (MGG) podem ser consultadas. A operação direcionada para a área do MGG requerem a formalização da visão da área de MGG.

Formalização contratual diferente da essência: todas as operações devem ser aprovadas antes de serem contratadas. Em caso de dúvida quanto ao enquadramento de uma operação nessa categoria, cabe a área de QR confirmar ou não o enquadramento, juntamente com a área de VCG. Caso a área de VCG entenda que é um novo tipo de operação, esta será direcionada para a aprovação da área MGG, a qual tem o poder decisão nessas situações. É requerida documentação explicando o motivo do enquadramento da operação nessa categoria.

Exceção: caso o trader deseje efetuar uma operação após a confirmação que não há modelo aprovado para ela, o trader pode solicitar uma exceção, a qual deve ser aceita pelos heads do MRaD e do VCG para depois ter todos os seus impactos de valorização aprovados pelo *Valuation Governance Forum* (VGF). As exceções terão limites restritos e/ou resultado positivo diferido.

Limites: o único processo de aprovação de modelos é o descrito acima.

Principais áreas envolvidas no processo

Quantitative Research (QR) - área específica de desenvolvimento de modelos e de autorização de operações caso estejam aprovados por MGG

Valuation Control Group (VCG) é responsável dar as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a formalização do contrato seja diferente de sua essência:

Model Governance Group (MGG) – área responsável pela aprovação de modelos de precificação.

* * *